

**DIÁLOGOS SOBRE O PATRIMÔNIO: PRÁTICAS
EXTENSIONISTAS REALIZADAS PELA UFCA EM ICÓ-CE**

LUCAS ALEXANDRE DE OLIVEIRA¹
lucas.ifce@hotmail.com

PRISCILLA RÉGIS CUNHA DE QUEIROZ²
priscilla.queiroz@ufca.edu.br

AMANDA TEIXEIRA DA SILVA³
amanda.teixeira@ufca.edu.br

RESUMO: O presente artigo busca apresentar práticas de pesquisa e extensão empreendidas pelo Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio”, desenvolvido por docentes e discentes da Universidade Federal do Cariri – UFCA, em Icó. Partindo de premissas pedagógicas e científicas, a equipe do projeto tem buscado realizar atividades públicas e estudos quantitativos e qualitativos que tratem de questões gerais sobre o patrimônio histórico, bem como da relação estabelecida entre os moradores de Icó e os órgãos responsáveis pela salvaguarda dos bens patrimoniais. Os resultados das atividades do projeto evidenciam a existência de uma tensão entre esses sujeitos. Na primeira etapa de entrevistas acerca das políticas de conservação de bens arquitetônicos tombados em Icó, observamos o descontentamento por parte dos moradores locais com o processo de condução dessas políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão; Patrimônio; Icó.

ABSTRACT: This article aims to present research about extension practices undertaken by the "Dialogues on Heritage" Project, developed by professors and students of the Federal University of Cariri - UFCA, in Icó. Based on pedagogical and scientific premises, the project team has sought to carry out public activities and quantitative and qualitative studies that deal with general questions about historical heritage, as well as the relationship established between the residents of Icó and the bodies responsible for the safeguarding of heritage assets. The results of the project activities evidenced the existence of a tension between these subjects. In the first stage of interviews about the policies of preservation of architectural assets located in Icó, we observe the discontent on the part of the local inhabitants with the process of conducting these public policies.

KEY WORDS: Extension; Patrimony; Icó.

1. INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, a lei n.12.826 criou a Universidade Federal do Cariri, agregando os campi anteriormente integrantes da Universidade Federal do Ceará. A mesma lei indicou a instalação de mais dois campi nos municípios de Icó e Brejo Santo.

¹ Estudante do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bolsista do Projeto Diálogos Sobre Patrimônio. Bolsa concedida pela Pró-reitora de Extensão da UFCA.

² Professora Assistente da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

³ Professora Assistente da Universidade Federal do Cariri (UFCA).



Diante das características locais, em Icó, fundou-se o curso de Bacharelado em História implementado em 2014. Hoje, apesar das dificuldades de consolidação do Campus Icó, as atividades do curso incluem ações de ensino, pesquisa, cultura e extensão.

Com a proposta de viabilizar formação dinâmica e diferenciada para os seus estudantes, o Bacharelado em História possui uma ênfase em Gestão do Patrimônio efetivada em sua matriz curricular, e operacionalizada no conjunto de atividades promovidas pelo curso. Buscamos fomentar o debate acerca das mais diversas questões relacionadas ao Patrimônio, seja ele material ou intangível, edificado ou ambiental.

Com o início dos trabalhos em Icó, professores e alunos identificaram demandas e possibilidades de atuação junto à comunidade local, sobretudo no que diz respeito às intervenções próprias do ofício do historiador. Percebemos que o município de Icó, apesar de possuir arquitetura considerada pelo IPHAN como patrimônio nacional, enfrentava dificuldades em viabilizar ações de Educação Patrimonial. Dentro dessa gama de inquietações e possibilidades, surgiu o projeto de extensão intitulado “Diálogos sobre o Patrimônio”.

Criado no segundo semestre de 2014, o projeto tem o objetivo promover o debate sobre patrimônio histórico e fomentar a prática extensionista. Os estudantes envolvidos leem e discutem artigos sobre Patrimônio, História e Memória; traçam propostas de ação, realizas junto aos habitantes da cidade; e constroem pesquisas no intuito de perceber quais são as apreensões, demandas e dúvidas da comunidade em relação ao patrimônio. Assim, as ações do *Projeto Diálogos* têm caráter didático, produzindo momentos em que os aspectos históricos, culturais e públicos dos bens tombados são discutidos.

O *Projeto Diálogos* busca concatenar ensino, pesquisa e extensão, em um processo interdisciplinar que considere os processos culturais, educativos e científicos. Para nós, a prática extensionista deve ser balizada por preceitos éticos e científicos. Como indica Freire,

Seria, por outro lado, porém, um absurdo se os que defendem a presença da universidade nas áreas populares não lutassem também no sentido da seriedade acadêmica, da rigorosidade dos procedimentos, da exatidão dos achados. No fundo, a presença da universidade nas áreas populares através de programas – jamais neutros – de ordem cultural e educativa só se justifica na medida em que contribua para o estabelecimento da unidade dialética entre prática e teoria, sensibilidade do concreto e conhecimento exato do concreto, sabedoria popular e cientificidade acadêmica. É com esse objetivo, na verdade, que devemos nos esforçar por fazer real a presença da universidade nas áreas populares (Freire, 1986, p. 7)



Essa concepção de extensão tem sido fomentada no Instituto de Estudos do Semiárido, Unidade Acadêmica que abriga o bacharelado em História do Campus Icó. E, nesse sentido, outros projetos e ações de extensão têm sido desenvolvidas tendo como mote questões relacionadas aos bens culturais e patrimoniais, bem como ações de educação patrimonial.

Além do *Projeto Diálogos*, coordenado pelas professoras Priscilla Queiroz e Amanda Teixeira, existem outras iniciativas de Extensão desenvolvidas pelos discentes e docentes do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri. No Projeto de extensão “Entre as páginas da História de Icó: Oficinas sobre Fontes Históricas e Educação Patrimonial”, coordenado pelo professor Jucieldo Alexandre, são ofertadas oficinas sobre fontes históricas, que abarcam a importância no trabalho do professor/historiador e evidenciam a relevância do patrimônio documental local. A professora Jaqueline Dourado, por sua vez, tem desdobrado questões acerca do patrimônio histórico em consonância com as atividades da disciplina “Educação Patrimonial”. Por meio de ações relacionadas a preservação do patrimônio, memória e oralidade, os alunos da disciplina têm atuado junto aos moradores da área tombada, no centro urbano de Icó.

As ações de extensão promovidas pelo Bacharelado em História têm em comum a tentativa de formar historiadores comprometidos, atuantes e conhecedores de seu papel social. Nesse ensejo, esperamos contribuir não apenas com a formação acadêmica, mas também com a conscientização acerca do cuidado e problematização do Patrimônio Histórico, Cultural e Socioambiental.

Nossas ações são fomentadas e acompanhadas pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Cariri. Por meio de incentivos como o programa de bolsas, reuniões e eventos sistemáticos, a Pró-Reitoria integra projetos e outras iniciativas de extensão. Dessa maneira, a prática extensionista na Universidade Federal do Cariri tem se mantido ativa e conectada. A PROEX tem atuado também no sentido da formalização das ações e programas de extensão por meio da integralização curricular dessas iniciativas. Julgamos esse esforço como bastante positivo, pois concorre para evidenciar o caráter pedagógico da extensão. Como argumenta Maciel:

O reconhecimento da atuação dos alunos em projetos e programas de extensão na integralização curricular, bem como o fomento à criação de componentes curriculares em ações de extensão integradas aos currículos das



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

formações em nível de graduação são medidas importantes que incentivam uma universidade mais engajada socialmente e mais moderna pedagogicamente. Tais medidas, além de responderem às demandas da sociedade para com a universidade, possuem o potencial de ampliar o impacto de políticas públicas e de encurtar, em muitos anos, por meio do engajamento docente e discente, o processo de superação de mazelas sociais que acometem o Brasil. (MACIEL, 2010, p. 21-22)

No âmbito do *Projeto Diálogos*, abrimos novas oportunidades de atuação junto com outras ações extensionistas realizadas na cidade. A experiência de realizar a produção e a execução de oficinas em conjunto com a equipe da Ação de Extensão “Nas páginas da História de Icó” se mostrou promissora. A atividade em questão contemplou uma temática relevante para a área de atuação do historiador: o restauro documental. Apesar de as atividades integradas não constarem no planejamento inicial do projeto, a ação conjunta se mostrou bastante produtiva por evidenciar o nexos entre as iniciativas de pesquisa, extensão e ensino desenvolvidas pelos docentes da UFCA em Icó.

Ainda no que diz respeito às parcerias, o projeto tem se mantido em permanente contato com a Secretária Municipal de Cultura e a Associação Amigos de Icó (AMICÓ). Por meio dessa aproximação, temos conseguido redimensionar as ações do projeto alcançando mais setores da comunidade icoense. Para isso, realizamos edições do projeto durante o Festival de Cultura Icozeiro. E, pelo terceiro ano seguido, tivemos bom público e ótima socialização de informações e experiências.



Figura 1: Edição do Projeto no Festival Icozeiro de Arte e Cultura.
Fonte: Arquivo de Priscilla Queiroz, 2016.

Dando prosseguimento às ações do Diálogos, entre os anos de 2015 a 2016, o projeto se aprofundou nas especificidades das políticas de preservação do patrimônio em Icó. Diante de pleitos locais, resolvemos analisar mais de perto os conflitos entre os interesses público de conservação do patrimônio arquitetônico local e as demandas dos



proprietários dos imóveis tombados. Para alcançar esse objetivo, buscamos, por meio de palestras, oficinas e trabalhos acadêmicos, ampliar nossa compreensão acerca do problema, que surge nas ações de tombamentos. No presente artigo, discorreremos sobre esse percurso.

2. DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE

Icó é uma cidade do Centro-Sul do Ceará que abriga o maior sítio histórico do estado. Seu conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1998. O perímetro urbano principal concentra, aproximadamente, 320 imóveis tombados que compõem um excelente conjunto da arquitetura tradicional do Ceará.

O centro histórico de Icó remonta ao período colonial. Algumas das construções do período permanecem de pé dando conta da ocupação do sertão pela pecuária. Nos séculos XVIII e XIX, em meio à exploração de ouro e à produção do charque, Icó despontou como entreposto comercial do interior da Província do Ceará. Os vestígios desse período estão edificadas em diversos pontos da cidade.

Os processos de revitalização desses espaços tombados foram financiados pelo projeto MONUMENTA, que surgiu da iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1987. A ação propiciou reforma de imóveis descuidados e danificados pela ação do tempo. No Brasil, o programa foi desenvolvido e, mais tarde passou a ser tutelado pelo IPAHN, que já atuava em prol da revitalização de prédios históricos. A quantia de dinheiro levantada pelo BID em conjunto com o Governo Federal, prefeituras, governos estaduais, fundações, ONGs e a iniciativa privada totaliza 200 milhões de dólares (BONDUKI, 2010, p. 22). Dessa forma, propiciou-se a pesquisa e atuação de profissionais de diversas áreas, como historiadores, antropólogos, advogados, economistas, em prol da salvaguarda de bens patrimoniais.

O valor levantado para a revitalização dos espaços pelo MONUMENTA, em Icó, foi de R\$ 417.885,46. Os contratos totalizados na cidade foram de dezesseis (DIOGO, 2009, p. 173). Observando os relatórios de “Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos” do IPHAN, é possível perceber que as ações relacionadas a divulgação, contratação e realização do programa MOMUENTA ocorrem de maneiras bem específicas, variando de cidade para cidade. Algumas delas não assinaram contrato, como Manaus. Noutras, a divulgação não obteve grande êxito, como Recife:



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

Uma primeira avaliação do resultado do financiamento no centro de Recife aponta que houve falha na estratégia de divulgação e de comunicação com os interessados, que não conseguiu ter a abrangência que uma cidade grande demanda (DIOGO, 2009, p. 108).

Entendemos que o estudo das questões que envolvem as políticas de preservação do patrimônio pode ser mais produtivo ao tratar das idiossincrasias de tais processos, analisando como a implementação acontece no macro e no micro. O Brasil é um país de dimensões continentais e suas cidades tiveram formações culturais diversificadas, daí o MONUMENTA se configurar de formas diferentes para cada cidade tombada. A reação e aceitação ou discordância das populações beneficiadas suscitaram dinâmicas variadas.

Tendo em vista questões como essas, ao longo do ano de 2016, o Projeto “Diálogos Sobre o Patrimônio” realizou rodas de conversas e entrevistas junto com a comunidade icoense para tratar do tema. Nesses momentos, percebemos os conflitos de interesses relacionados às políticas públicas para preservação do patrimônio histórico. Observamos o quão delicado é tratar dessas tensões, principalmente diante da resistência de alguns moradores em conceder informações para registro. Apesar dessa dificuldade, nos aproximamos dos habitantes na perspectiva de promover uma ação de extensão de maneira crítica e dialógica. Nessa oportunidade, recolhemos narrativas e dados que foram condensados e analisados posteriormente.

As entrevistas com os moradores do sítio histórico foram realizadas na primeira metade de 2016. O objetivo inicial era produzir um diagnóstico da relação entre os cidadãos e o IPHAN. Diversos habitantes apresentaram suas vivências em imóveis tombados e seus pontos de vista sobre a revitalização do Largo do Theberge. Essa pesquisa, em conjunto com uma revisão bibliográfica resultou em algumas publicações.

Nas conversas com os residentes da cidade, e através dos dados coletados, observamos que há certa indisposição de muitos moradores de Icó em relação às ações do IPHAN no município. As regras sobre como os imóveis tombados podem ser reformados nem sempre estão alinhadas com o interesse dos proprietários, e as reformas desejadas esbarram nas normas de proteção estabelecidas pelo IPHAN.

Essa tensão existe em outras áreas tombadas. Em Penedo-AL, por exemplo, comerciantes desaprovam a indicação do IPHAN de manutenção das fachadas. A tão comum caracterização do comércio por meio de placas ou informes pintados à mão pode, por exemplo, podem levar a descaracterização do bem tombado, e esbarra nas



prescrições do IPHAN. (RAMOS, 2013, p. 378). Casos como esse evidenciam a complexidade da realidade diante das ordenações previstas pelas políticas de preservação. Conflitos dessa ordem, aparentemente pouco relevantes, geram dissidências sérias, que dificultam a concretização dos planos de revitalização dos imóveis tombados. Entendemos que esse processo conflituoso, associado a diversas demandas e vivências, acaba gerando leituras diferentes, por vezes antagônicas, acerca das questões que envolvem o patrimônio por parte dos moradores do perímetro tombado e da sociedade de forma mais ampla.

3. PATRIMÔNIO

O termo *patrimônio* é muito antigo e está ligado a várias noções que se requalificaram com o tempo; por exemplo: patrimônio genético, natural, histórico, etc. Presente em discussões de cunho familiar, jurídico ou econômico, toma-se por uma propriedade de herança. Segundo Françoise Choay (1925),

[...] designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença junto ao passado: obras e obras-primas das belas-artes das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimento humanos (CHOAY, 1925, p.11).

O Patrimônio, atualmente, pode ser definido como um objeto cultural, material ou imaterial, que faça parte da identidade de um grupo, nascendo da relação com as pessoas, ele toma forma de um edifício, uma música, um costume, uma celebração, uma forma de fazer. No entanto, tal entendimento é reconstruído e apropriado de muitas maneiras. Por meio do uso e da significação coletiva dos bens, trocas e vivências são construídas. Nelas, conteúdo intelectual, emocional, informativo, entre outros, integram pessoas, espaços e práticas. Assim como outras cidades históricas, Icó estabelece uma relação peculiar com seu patrimônio tombado. Ao longo do século XIX, a localidade atravessou um período de pouca dinamização urbana. Ainda hoje, o município busca ampliar suas atividades econômicas, baseadas principalmente na agricultura; a maior parte da população icoense encontra-se na zona rural. Nesse difícil processo de conformação, muitos prédios do século XVIII e XIX foram preservados, alguns



passaram por reformas e tantos outros foram destruídos ou totalmente descaracterizados.

Considerando que as políticas públicas de preservação devem estar relacionadas as demandas sociais, acreditamos que projetos de revitalização e manutenção dos espaços reconhecidos como patrimônios nacionais precisa envolver os moradores. Pretendendo contribuir para dar concretude a essa perspectiva, a equipe do *Projeto Diálogos* resolveu desdobrar suas ações de extensão em esforços de pesquisa.

Ao longo das ações do *Projeto Diálogos*, percebemos que a implantação de políticas públicas de conservação dos bens tombados está associada a um processo delicado, que necessita ser percebido em sua complexidade. A cada edição de eventos que problematizavam o patrimônio local, os envolvidos na atividade, bem como os alunos do bacharelado em História que residem em Icó, indicavam as tensões presentes na relação com os órgãos responsáveis pela fiscalização e conservação dos imóveis tombados. Essa inquietação deu lugar à sistematização de uma investigação a ser desenvolvida a partir das demandas apresentadas pela comunidade.

A partir daí, partimos para campo. As primeiras conversas a respeito do tema foram bastante desafiadoras. Percebemos que dialogar com idosos que, há 60 anos moram na mesma residência, é ter acesso a entendimentos amplos acerca do que é patrimônio. Foi gratificante ter contato com as percepções dos moradores a respeito da significação histórica e artística dos bens tombados.

As impressões dos moradores do Largo do Theberge, perímetro com maior número de imóveis tombados, sobre a conservação e modificação dos imóveis nos ajudou a enveredar pelas diferentes relações com o patrimônio, bem como pelas complicações que surgem do conflito de interesses entre privado e público.



Figura 2: Largo do Theberge.
Fonte: Arquivo de Priscilla Queiroz, 2015.



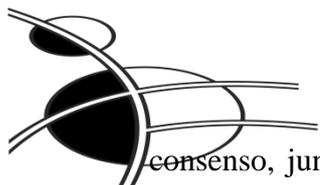
Antigo espaço onde as boiadas eram tratadas e negociadas, nas proximidades da margem esquerda do Rio Salgado, o Largo do Theberge ocupa o coração do centro histórico icoense. Com quase cem metros de largura, a esplanada se inicia na antiga casa de Câmara e Cadeia, prédio que aparece em destaque na fotografia, e se alonga por quase um quilômetro. Nele, estão encrustados prédios muito belos, como o Sobrado Canela Preta, construído no século XIX, a Igreja de Nossa Senhora da Expectação, uma das primeiras edificações da cidade, e o Teatro das Ribeiras dos Icós, com características neoclássicas, erguido no ano de 1860. Além de abrigar importantes exemplares da arquitetura histórica brasileira, o Largo também recebe, anualmente, os festejos de Nosso Senhor do Bonfim e as atrações musicais do festival popular municipal chamado Forricó.

O Largo abriga ainda um bom número de pequenas casas térreas que possuem fachadas ostentando arranjos formais e cromáticos próprios da arquitetura popular. Nessas casas, gerações das mesmas famílias se sucedem. Graças aos recursos do Programa MONUMENTA, e com o apoio técnico do IPHAN, o Largo foi recuperado e continua sendo o principal local público da cidade.

Alguns residentes dessa área, no entanto, permanecem insatisfeitos com a morada em área tão nobre. Outros evitam permanecer com a posse ou adquirir um bem tombado no perímetro. Essas negativas não auxiliam no fomento da preservação do patrimônio. É indispensável que haja interessados que optem por fazer bom uso dos imóveis. Às vezes, o desejo em permanecer com o imóvel tombado está condicionado à possibilidade de ampliar as casas, construir novos andares. Isso apareceu nas falas de alguns depoentes que indicaram interesse em, por exemplo, viabilizar acomodações para outros membros da família no imóvel tombado. Essa situação motiva boa parte das queixas apresentadas pelos moradores.

Segundo os depoentes, o IPHAN chega na cidade e seus funcionários começam a ditar como os habitantes devem proceder com suas propriedades. Para eles, o sistema de preservação é muito rígido, dificultando o usufruto pleno da propriedade. A legislação que rege a atuação de órgãos como o IPHAN aponta a necessidade de inspeção, pois entende que modificações podem levar à descaracterização da arquitetura histórica, por isso, investem, muitas vezes, na rigidez das delimitações.

Interessante perceber que, apesar dos antagonismos, moradores e órgão de fiscalização têm o mesmo objetivo: tornar o prédio histórico vivo. Todavia, um dos aspectos que mais se destacou nas falas dos moradores foi a dificuldade de chegar a um



consenso, junto ao IPHAN, sobre as reformas em suas residências. Como já foi dito, existem regras sobre como deve ser procedida a restauração e pontos de transformação da construção que definitivamente não podem ser permitidos, como a abertura de um portão na fachada para garagem.

As necessidades dos atuais moradores precisam ser consideradas, evidentemente. Mas essas construções, idealizadas séculos antes, têm em suas formas as demandas de um passado historicamente localizável. Seus contornos expressaram as formas de fazer, vontades e necessidades de uma sociedade do passado da qual nos consideramos herdeiros. E não é, pois, essa herança que torna tais construções partes importantes do nosso passado, do nosso patrimônio? Diante disso, como conciliar tantos pleitos?

Muitos dos entrevistados resumem a questão evidenciando a existência de duas forças não necessariamente opostas, mas também não necessariamente coesas: os funcionários do IPHAN e os moradores. Quando se imagina que é necessário o mútuo acordo entre os dois lados para que se tornem viáveis as políticas públicas de preservação, fica evidente que o desentendimento dificulta a consolidação do projeto de revitalização dos espaços com significação histórica e artística.

Para compor suas ações de preservação, e ir além da fiscalização das obras e construções, o IPHAN tem buscado implementar ações que beneficiem de alguma forma os moradores de Icó. Em 2007, em parceria com o MONUMENTA, foi viabilizado curso de música e a abertura do Núcleo de Música no sobrado Canela Preta. O objetivo do programa é formar instrumentalistas com idade entre 7 a 17 anos. No ano de 2015, o Instituto, com apoio da prefeitura municipal, entregou o Sobrado Mariinha Graça reformado e pronto para receber equipamentos e atividades culturais. Hoje, a secretaria de cultura municipal funciona nessas dependências. O edifício restaurado também deve receber um escritório técnico do IPHAN, mas isso ainda não foi plenamente concretizado.

Nas entrevistas realizadas, apenas mulheres idosas aceitaram responder as perguntas. Algumas, ainda, demonstraram receio em falar sobre a preservação do largo do Theberge e as ações do IPHAN. Quando perguntadas sobre benefícios e malefícios dos cursos ofertados pelo IPHAN, não souberam opinar. No entanto, as reclamações sobre o rígido código de reformas foram citadas repetidamente.

As políticas de preservação do patrimônio têm seus admiradores e opositores, de acordo com as características e interesses locais. Em Manaus, nenhum contrato de



reforma de bens privados do programa MONUMENTA foi assinado nos editais lançados. Em Natividade, uma pequena cidade de Tocantins, houve uma quantidade significativa de contratos feitos. Em Penedo (Alagoas), a questão que se destaca é o interesse dos comerciantes em modernizar as fachadas de seus estabelecimentos. Em Icó, de acordo com a fala dos nossos depoentes, os principais interesses são construir apartamentos e garagens em prédios tombados, desejos em desacordo com as políticas do IPHAN.

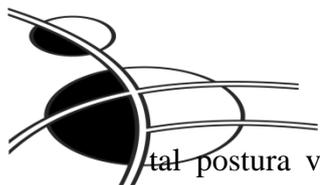
Ao final dessa primeira etapa de entrevistas acerca das políticas de conservação de bens arquitetônicos tombados em Icó, concluímos que os desentendimentos entre moradores e IPHAN se tornam mais agudos quando uma das partes envolvidas se vê, de alguma forma, alijada do processo de decisão. Essa é a principal reclamação dos proprietários dos bens. Acreditamos que a abertura de canais adequados de diálogo possa provocar uma disposição geral maior para debater as formas mais adequadas de promover intervenções e ações de preservação.

Quando consolidamos a primeira etapa da análise, a saber, a realização das entrevistas e construção de texto apresentando as sondagens iniciais, tornou-se claro, então, que a forma como as pessoas percebem as políticas de preservação do patrimônio gera discussões que são relevantes para os pesquisadores que se preocupam com o tema. Mas que, principalmente, são do interesse dos moradores dessas áreas. A preservação do patrimônio parte de uma significação e identificação cultural que envolve os diversos membros da sociedade, e os moradores dos sítios tombados e da cidade que guarda esse patrimônio têm papel importante nas ações financiadas pelo poder público.

É importante e produtivo o diálogo constante entre as forças envolvidas, com o intuito de se concretizar iniciativas que satisfaçam os proprietários. Interessa que as demandas dos habitantes de uma região não sejam ignoradas e todo o patrimônio coletivo não se perca em disputas pessoais e na falta de informação e diálogo.

4. CONCLUSÃO

O projeto “Diálogos sobre o Patrimônio” se organiza a partir de um tema central a ser desenvolvido num formato semelhante a uma conversa que se dá entre conhecidos e caminha rumo à definição de ações para tratamento da questão em debate. Espera-se com essa ação promover a reflexão acerca das questões que envolvem o Semiárido e a sua cultura, em interface com os cenários regionais, nacionais e globais, de modo que



tal postura viabilize a propositura e/ou rearranjo de políticas públicas com foco no Patrimônio histórico-cultural, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos territórios.

As ações do projeto e seus desdobramentos nos mostram que a construção de espaços de diálogo acerca do patrimônio e as iniciativas em prol da educação patrimonial são um caminho promissor para a interação entre as pessoas e os seus bens materiais e imateriais com sentido histórico. Os moradores de um sítio histórico demandam frequentemente informações sobre o sentido do tombamento e das práticas que envolvem a preservação do patrimônio histórico. É nesse foco que o projeto busca atuar.

É necessário esclarecer que a atuação do *Diálogos* se destina à comunidade do centro-sul, especialmente da cidade de Icó. As ações são sempre gratificantes e os participantes têm voz ativa em questionamentos acerca da legislação patrimonial e do tombamento do patrimônio edificado. É um espaço de troca que possibilita aos moradores retirar dúvidas sobre as especificidades de bens particulares que são considerados patrimônios públicos. Temos percebido que a população local procura frequentemente o espaço do “Diálogos” com o objetivo de obter respostas e soluções para suas dúvidas.

O que se apresenta no final de dois anos de projeto não é uma resposta concisa e uniforme que represente todos os pontos de vista dos habitantes de Icó e dos funcionários do IPHAN, pois há diferenças e divergências que não foram observadas aqui. Esse esforço inicial de pesquisa, surgido dos desdobramentos de ações de extensão, pretendeu, tão-somente, indicar as diversas possibilidades de incremento à atividade extensionista, bem como contribuir para a problematização das experiências de vida e educação nas áreas reconhecidas como patrimônio nacional. O aprofundamento dessas questões tem sido feito dentro e fora da academia de maneira responsável e crítica, e, torcemos, não cessará.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

BRAGA, Sylvia Maria. **Ribeira dos Icó**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014.



CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **TOPOI**, v. 4, n. 7, pp. 313-333, jul.-dez, 2003.

DIOGO, Érica. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília-DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

FREIRE, Paulo In SANTOS, Renato Quintino dos. **Educação e Extensão**. – Petrópolis, Vozes, 1986.

JUNIOR, Romeu Duarte. **Arquitetura Colonial Cearense**. São Paulo: Revista CPC, 2008.

MACIEL, Lucas Ramalho. Política Nacional de Extensão: Perspectivas Para a Universidade Brasileira. In. Revista Participação. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/5968/4940>> Acesso: 10 de dezembro de 2017.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. **História Oral Como Fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

NASCIMENTO, José Clewton. Intervenções Preservacionistas em Icó, CE – Redenção do Sertão? **Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set/dez 2007.

_____. Os Planos Estratégicos e Projetos Urbanos Como Elementos de Construção do Espaço Abstrato: uma Análise a Partir das Propostas de “Valorização” do Patrimônio Cultural das Cidades Sertanejas Cearenses. **Universidade Federal da Bahia**.

_____. **(Re)Descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: Entre Areal e Patrimônio Nacional**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____; COELHO, Dora de Holanda; MEIRA, Deborah Alencar. **(Ser)Tão Atrativo?** Desdobramentos dos planos diretores de desenvolvimento urbano em cidades de significação histórico-cultural no estado do Ceará (anos 1990/2000). XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro-RJ, maio, 2011.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O Patrimônio em Questão. **Proj. História**. São Paulo, 2000.

RAMOS, S. P. Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): A Pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 364-387, abril de 2013.

SANTOS, Mariangela Santana Guimarães. MEMÓRIA E HISTÓRIA: contributos da história oral para a preservação da cultura. **XXVIII Encontro Nacional de História**. Florianópolis, julho, 2015.